

# DEMOCRACIA, MERCADO E TRANSPARÊNCIA 2008



Assim como na edição anterior, duas ex-colônias britânicas, Nova Zelândia e Mianmar, voltam a ocupar respectivamente o primeiro e o último lugar desse ranking. No total, em comparação com 2007, cerca de 75 países melhoraram sua qualificação, outros 62 pioraram e sete mantiveram-se na mesma posição. O Chile continua encabeçando o ranking na América Latina, muito acima da média da região e situa-se na 17ª posição em termos globais. O segundo país latino-americano é o Uruguai, que melhorou sua posição em relação ao ano de 2007 e superou no ranking global nada menos que a França e a Espanha.

*Gabriel C. Salvia e Hernán Alberro*

**O grande tema não resolvido na América Latina é o da transparência governamental**

*Por Raúl Ferro*

**Os casos da Dinamarca, da Rússia e da China**

*Por Gonzalo Bustamante Kuschel*

**Os piores do mundo**

*Por Pablo Brum e Mariana Dambolena*

**Que continuem esperando o fim do capitalismo**

*Por Pablo Díaz de Brito*

**A vigência das democracias de mercado na sociedade internacional**

*Por Héctor Ricardo Leis e Eduardo Viola*

# Ranking Global 2008 “Democracia, Mercado y Transparência”

Posição	País	FH	HF/WSJ	TI	DMT
1	Nova Zelândia	1,0	80,2	9,3	0,908
2	Dinamarca	1,0	79,2	9,3	0,905
3	Suíça	1,0	79,7	9,0	0,895
4	Austrália	1,0	82,0	8,7	0,892
5	Canadá	1,0	80,2	8,7	0,886
6	Holanda	1,0	76,8	8,9	0,882
7	Islândia	1,0	76,5	8,9	0,881
8	Finlândia	1,0	74,8	9,0	0,879
9	Suécia	1,0	70,4	9,3	0,875
10	Irlanda	1,0	82,4	7,7	0,856
11	Luxemburgo	1,0	75,2	8,3	0,854
12	Reino Unido	1,0	79,5	7,7	0,847
13	Estados Unidos	1,0	80,6	7,3	0,835
14	Áustria	1,0	70,0	8,1	0,830
15	Alemania	1,0	71,2	7,9	0,826
16	Noruega	1,0	69,0	7,9	0,819
17	<b>Chile</b>	<b>1,0</b>	<b>79,8</b>	<b>6,9</b>	<b>0,818</b>
18	Bélgica	1,0	71,5	7,3	0,805
19	Estônia	1,0	77,8	6,6	0,800
20	Barbados	1,0	71,3	7,0	0,793
21	Japão	1,5	72,5	7,3	0,780
22	<b>Uruguai</b>	<b>1,0</b>	<b>68,1</b>	<b>6,9</b>	<b>0,779</b>
23	Chipre	1,0	71,3	6,4	0,771
24	França	1,0	65,4	6,9	0,770
25	Espanha	1,0	69,7	6,5	0,769
26	Eslovênia	1,0	60,6	6,7	0,746
27	Portugal	1,0	64,3	6,1	0,737
28	Singapur	4,5	87,4	9,2	0,734
29	Malta	1,0	66,0	5,8	0,731
30	Rep. Tcheca	1,0	68,5	5,2	0,717
31	Taiwan	1,5	71,0	5,7	0,716
32	Maurício	1,5	72,3	5,5	0,713
33	Israel	1,5	66,1	6,0	0,711
33	Eslováquia	1,0	68,7	5,0	0,711
35	Hungria	1,0	67,2	5,1	0,709
36	Lituânia	1,0	70,8	4,6	0,703
37	Coreia do Sul	1,5	67,9	5,6	0,702
38	<b>Costa Rica</b>	<b>1,0</b>	<b>64,8</b>	<b>5,1</b>	<b>0,701</b>
39	Botswana	2,0	68,6	5,8	0,684
40	Itália	1,0	62,5	4,8	0,682
41	Letônia	1,5	68,3	5,0	0,681
42	Cabo Verde	1,0	58,4	5,1	0,680
43	Polónia	1,0	59,5	4,6	0,665
44	Grécia	1,5	60,1	4,7	0,643
45	África do Sul	2,0	63,2	4,9	0,633
46	Bulgária	1,5	62,9	3,6	0,612
47	Namíbia	2,0	61,0	4,5	0,611
48	<b>Panamá</b>	<b>1,5</b>	<b>64,7</b>	<b>3,4</b>	<b>0,610</b>
49	Trinidad e Tobago	2,0	70,2	3,6	0,608
50	Ghana	1,5	56,7	3,9	0,602
51	<b>El Salvador</b>	<b>2,5</b>	<b>69,2</b>	<b>3,9</b>	<b>0,588</b>
52	Romênia	2,0	61,5	3,8	0,587
53	Croácia	2,0	54,6	4,4	0,586
54	Belize	1,5	62,8	2,9	0,585
55	<b>México</b>	<b>2,5</b>	<b>66,4</b>	<b>3,6</b>	<b>0,568</b>
56	Mongólia	2,0	62,8	3,0	0,561
57	Turquia	3,0	60,8	4,6	0,558
57	<b>Peru</b>	<b>2,5</b>	<b>63,5</b>	<b>3,6</b>	<b>0,558</b>
59	<b>Brasil</b>	<b>2,0</b>	<b>55,9</b>	<b>3,5</b>	<b>0,557</b>
60	Suriname	2,0	53,9	3,6	0,554
61	Jamaica	2,5	66,2	3,1	0,548
62	Rep. Dominicana	2,0	58,5	3,0	0,547
63	Benin	2,0	55,0	3,1	0,539
64	Malásia	4,0	64,5	5,1	0,534
65	Senegal	2,5	58,2	3,4	0,533
66	<b>Colômbia</b>	<b>3,0</b>	<b>61,9</b>	<b>3,8</b>	<b>0,532</b>
66	<b>Argentina</b>	<b>2,0</b>	<b>55,1</b>	<b>2,9</b>	<b>0,532</b>
68	Macedônia	3,0	61,1	3,6	0,522
68	Albânia	3,0	63,3	3,4	0,522
70	Índia	2,5	54,2	3,4	0,520
71	Kuwait	4,0	68,3	4,3	0,517
72	Bahrain	5,0	72,2	5,4	0,515
73	Mali	2,5	55,5	3,1	0,513
74	Geórgia	4,0	69,2	3,9	0,505
75	Lesoto	2,5	51,9	3,2	0,504
76	Jordânia	4,5	63,0	5,1	0,501
77	Qatar	5,5	62,2	6,5	0,494

Posição	País	FH	HF/WSJ	TI	DMT
78	Madaagascar	3,5	62,4	3,4	0,491
79	Indonésia	2,5	53,9	2,6	0,489
80	<b>Honduras</b>	<b>3,0</b>	<b>60,2</b>	<b>2,6</b>	<b>0,482</b>
81	<b>Nicarágua</b>	<b>3,0</b>	<b>60,0</b>	<b>2,5</b>	<b>0,478</b>
82	<b>Paraguai</b>	<b>3,0</b>	<b>60,5</b>	<b>2,4</b>	<b>0,476</b>
82	Ucrânia	2,5	51,1	2,5	0,476
84	Omã	5,5	67,4	5,5	0,475
85	Emirados Árabes Unidos	5,5	62,8	5,9	0,474
85	<b>Guatemala</b>	<b>3,5</b>	<b>60,5</b>	<b>3,1</b>	<b>0,474</b>
85	<b>Bolívia</b>	<b>3,0</b>	<b>53,2</b>	<b>3,0</b>	<b>0,474</b>
85	Guiana	2,5	49,4	2,6	0,474
89	Mocambique	3,0	56,6	2,6	0,470
90	Moldávia	3,5	58,4	2,9	0,459
91	Tanzânia	3,5	56,4	3,0	0,457
92	Bósnia-Herzegovina	3,5	53,7	3,2	0,455
93	Zâmbia	3,5	56,4	2,8	0,449
94	Burkina Faso	4,0	55,6	3,5	0,445
95	<b>Equador</b>	<b>3,0</b>	<b>55,4</b>	<b>2,0</b>	<b>0,444</b>
95	Armênia	4,5	70,3	2,9	0,444
97	Sri Lanka	4,0	58,3	3,2	0,443
98	Níger	3,5	52,7	2,8	0,437
99	Quênia	3,5	59,6	2,1	0,434
100	Filipinas	3,5	56,9	2,3	0,432
101	Marrócos	4,5	56,4	3,5	0,419
101	Serra Leoa	3,0	48,9	1,9	0,419
103	Mauritânia	4,0	55,0	2,8	0,417
104	Líbano	4,5	60,9	3,0	0,416
105	Tailândia	5,0	63,5	3,5	0,415
105	Nigéria	4,0	55,5	2,7	0,415
107	Uganda	4,5	64,4	2,6	0,413
107	Maláui	4,0	53,8	2,8	0,413
109	Nepal	4,5	54,7	2,7	0,384
110	Tunísia	6,0	59,3	4,4	0,379
111	Quirquístão	4,5	61,1	1,8	0,372
112	Gabão	5,0	53,6	3,1	0,367
113	Gâmbia	4,5	56,6	1,9	0,361
114	Djibouti	5,0	52,3	3,0	0,360
115	Argélia	5,5	55,7	3,2	0,350
115	Guiné Bissau	4,0	45,1	1,9	0,350
115	<b>Venezuela</b>	<b>4,0</b>	<b>45,0</b>	<b>1,9</b>	<b>0,350</b>
118	Suazilândia	6,0	58,9	3,6	0,348
118	Etiópia	5,0	53,2	2,6	0,348
120	Egipto	5,5	59,2	2,8	0,347
121	Rwanda	5,5	54,1	3,0	0,338
122	Toão	5,0	48,8	2,7	0,337
123	Iêmen	5,0	52,8	2,3	0,335
124	Arábia Saudita	6,5	62,8	3,5	0,330
124	Cazaquistão	5,5	60,5	2,2	0,330
126	Banqladesh	4,5	44,9	2,1	0,329
127	Paquistão	5,5	56,8	2,5	0,328
128	Burundi	4,5	46,3	1,9	0,327
129	<b>Haiti</b>	<b>4,5</b>	<b>48,9</b>	<b>1,4</b>	<b>0,317</b>
130	Rep. Centro-Africana	5,0	48,2	2,0	0,309
131	Taijiquístão	5,5	54,5	2,0	0,302
132	Azerbaijão	5,5	55,3	1,9	0,301
133	Camboja	5,5	56,2	1,8	0,300
133	China	6,5	52,8	3,6	0,300
135	Rússia	5,5	49,9	2,1	0,291
136	Vietnã	6,0	49,8	2,7	0,285
137	Camarões	6,0	54,0	2,3	0,284
138	Guiné	5,5	52,8	1,6	0,281
139	Costa do Marfim	6,0	54,9	2,0	0,276
140	Angola	5,5	47,1	1,9	0,274
141	Rep. do Congo	5,5	45,2	1,7	0,260
142	Irã	6,0	44,0	2,3	0,250
143	Laos	6,5	49,2	2,0	0,229
143	Guiné Equatorial	6,5	52,5	1,7	0,229
145	Síria	6,5	46,6	2,1	0,224
146	<b>Cuba</b>	<b>7,0</b>	<b>27,5</b>	<b>4,3</b>	<b>0,214</b>
146	Bielorrússia	6,5	44,7	2,0	0,214
148	Chade	6,5	47,7	1,6	0,209
149	Uzbequistão	7,0	52,3	1,8	0,204
150	Líbia	7,0	38,7	2,6	0,188
151	Turquemenistão	7,0	43,4	1,8	0,174
152	Zimbábue	6,5	29,8	1,8	0,157
153	Mianmar	7,0	39,5	1,3	0,143
	<b>Média Global</b>				<b>0,521</b>

**FH:** Freedom House. É uma média das liberdades políticas e das liberdades civis medidas no *Freedom in the World 2008* na qual 1 é a melhor qualificação possível e 7, a pior.

**HF/WSJ:** A Heritage Foundation e o Wall Street Journal elaboram o *Índice de Liberdade Econômica 2008* no qual 100 corresponde à liberdade econômica absoluta enquanto zero equivale à sua total inexistência.

**TI:** A Transparency International mede a percepção da corrupção, classificando os países entre zero e dez. Quanto maior a pontuação, menor a percepção de corrupção no referido país.

**DMT:** Da combinação dos indicadores anteriores surge o ranking Democracia, Mercado e Transparência.

## Apresentação

Por Gabriel C. Salvia e Hernán Alberro

O presente relatório propõe que são três os pilares que possibilitam o desenvolvimento: as liberdades democráticas, a economia de mercado e a transparência governamental. Dessa maneira, os países que podem ser definidos como desenvolvidos devem garantir todas essas três facetas imprescindíveis para o progresso político, econômico e institucional.

Para a elaboração desse relatório são utilizados os dados que aparecem nas edições 2008 das seguintes publicações: *A Freedom of the World*, da Freedom House; *Índice de Liberdade Econômica*, da Heritage Foundation e do Wall Street Journal; e o *Índice de Percepção da Corrupção*, da Transparency International.

O relatório Freedom in the World proporciona uma avaliação anual do estado da liberdade global tal como é vivenciada pelos indivíduos. A enquete mede a liberdade – oportunidade de atuar espontaneamente numa diversidade de campos fora do controle do governo e de outros centros de dominação potencial – conforme duas grandes categorias: direitos políticos e liberdades civis. Os direitos políticos permitem que as pessoas participem livremente no processo político, incluindo o direito de votar livremente em diferentes opções em eleições legítimas, concorrer a cargos públicos, filiar-se a partidos e organizações políticas, e escolher representantes que tenham um impacto decisivo sobre as políticas públicas e que prestem contas ao eleitorado. As liberdades civis incluem as liberdades de expressão e de culto, os direitos de associação e organização, o estado de direito e a autonomia pessoal sem interferência do Estado. Por sua vez, o Índice de Liberdade Econômica documentou o progresso das economias de mercado com pesquisa e análise durante 14 anos e abrange 161 países. Publicado conjuntamente por The Heritage Foundation e The Wall Street Journal, este Índice instituiu uma descrição global da liberdade econômica e estabeleceu um ponto de referência a partir do qual é possível medir as possibilidades de que um país alcance sucesso no plano econômico. No Índice de Liberdade Econômica considera-se que os 10 fatores possuem a mesma importância para o nível de liberdade econômica de cada país. Desse modo, a fim de determinar a pontuação geral de um país, os fatores são considerados de forma equitativa: Liberdade comercial, Liberdade de comércio internacional, Liberdade fiscal, Liberdade diante do gasto governamental, Liberdade monetária, Liberdade de investimento, Liberdade financeira, Direitos de propriedade, Liberdade diante da corrupção e Liberdade trabalhista.

Finalmente, o Índice de Percepção da Corrupção, publicado pela Transparência Internacional, parte de múltiplas enquetes de opinião com especialistas que avaliam as percepções sobre a corrupção no setor público em 180 países de todo o mundo. Este Índice concentra-se na corrupção do setor público e a define como o abuso do serviço público para o benefício particular.

Utilizando as classificações que cada uma destas três publicações proporciona para os respectivos países cada um deles é considerado da mesma forma e têm como resultado o ranking “Democracia, Mercado e Transparência”. O ranking global abrange 153 países, ficando de fora os demais países cujos dados não foram incluídos em alguma das três publicações citadas.

Obviamente, há outros aspectos que possibilitam o desenvolvimento dos países, mas os três que se combinam aqui: liberdades democráticas, economia de mercado e transparência governamental, são a base imprescindível. Do mesmo modo, a fragilidade em algum deles afeta o desenvolvimento do país e, portanto, não é plausível que um país seja democrático e propício ao mercado se tem níveis elevados de corrupção; ou que garanta a liberdade econômica e uma transparência aparente em um quadro político autoritário.

Um editorial do jornal La Nación de Buenos Aires, publicado na quarta-feira 21 de novembro de 2007, relativo a este relatório, resumia a ideia do mesmo com uma clareza magistral: “Sem liberdades democráticas, pode haver economia de mercado, mas, como foi demonstrado pelo Chile durante a ditadura de Pinochet, é muito difícil que haja transparência governamental. Sem transparência governamental, como ocorre em outros países da América Latina, as liberdades democráticas e a economia de mercado correm o risco de descarrilar. E, finalmente, sem economia de mercado, as liberdades democráticas e a transparência governamental podem ser deglutidas por um Estado capaz de demonstrar mais uma vez sua ineficácia, como em uma época que hoje consideramos superada”.

Enfim, este ranking proporciona a possibilidade de agrupar o grau de respeito às liberdades civis, políticas, econômicas e os níveis de transparência, ajudando a compreender muito facilmente por que em alguns países se desfruta de uma maior qualidade de vida que em outros e também permite que cada um veja de sua perspectiva os pontos fortes e fracos de seu próprio país.

A edição 2008 do relatório “Democracia, Mercado e Transparência” oferece um ranking global com a classificação de cada um dos três índices utilizados e o resultado final que transparece da combinação deles. Além disso, são analisados os resultados da América Latina e em nível global, comparando as classificações deste ano com as do ano anterior. E, nesta edição, são incorporadas as colaborações de prestigiosos columnistas convidados.

*Gabriel C. Salvia é o Presidente e Hernán Alberro é o Diretor de Programas, do Centro para a Abertura e o Desenvolvimento da América Latina (CADAL).*

www.cadall.org

Início | Institucionais | Publicações | Eventos | Vídeos | ELEPE | Donações

Faça uma assinatura gratuita para receber informação de CADAL



## O grande tema não resolvido na América Latina é o da transparência governamental

*Por Raúl Ferro*

Durante um almoço celebrado em Lima como parte da cúpula empresarial do Fórum Econômico Ásia-Pacífico (Apec) no final de novembro, o ex-primeiro-ministro peruano Pedro Pablo Kuczynski, um dos líderes econômicos mais prestigiados do país, chamou a atenção dos convivas ao fazer um parêntese em seu discurso e lembrar que, sem Alberto Fujimori, o Peru não estaria onde está: nem na Apec, nem entre as economias que mais cresceram no mundo nos últimos anos.

Isto, num momento em que Fujimori está preso e enfrenta uma série de processos por corrupção e violação dos direitos humanos. Como se lembra, Fujimori foi eleito democraticamente em 1990, mas pouco depois, com apoio militar, deu um golpe de Estado contra o Congresso e estabeleceu um regime autoritário. Seu governo, sem sombra de dúvida, acabou com mais de duas décadas de experiências econômicas que chegaram a seu clímax na segunda metade dos anos 1980, com a hiperinflação e uma grave deterioração da capacidade produtiva do país. Também extinguiu o Sendero Luminoso, um movimento terrorista sanguinário que havia posto o país contra a parede.

Apesar disso, o autoritarismo de seu governo institucionalizou um sinistro sistema de corrupção e de compra de vontades políticas e econômicas que, entre outras coisas, expôs o Peru ao um grave risco de tornar-se uma narcoditadura. O aparelho montado ao redor do modelo autoritário ruiu, apesar disso, por seu próprio peso, e Fujimori fugiu para o Japão, renunciou por fax à presidência, e tornou-se o primeiro presidente desertor da história peruana.

O reconhecimento de Kuczynski à obra de Fujimori ganhou o aplauso dos mais de mil convivas reunidos naquele almoço. A metade deles provinha da Ásia, região do planeta onde Fujimori, de origem japonesa, desfruta de popularidade. Mas também os empresários peruanos o aplaudiram com entusiasmo e concordaram com o ex-primeiro-ministro: sem Fujimori o Peru não estaria onde está.

Este sentimento põe o dedo em uma ferida dolorosa que atravessou a história da América Latina no século XX: a percepção - convicção, na maior parte das vezes - de que em nossa região o desenvolvimento econômico não pode ocorrer em democracia e que é a severidade é necessária para criar as condições de ordem social necessárias para o bom andamento da economia e das empresas. A ditadura sanguinária de Augusto Pinochet no Chile é o exemplo emblemático dessa ideia e o modelo autoritário de Fujimori é a sua melhor confirmação: em seu momento de maior popularidade, na primeira metade dos anos 1990, o presidente peruano era conhecido como “Chinochet”, um mote que ao contrário de ser interpretado como uma ofensa era considerado um elogio.

Mesmo hoje, uma parte amplamente majoritária da classe empresarial chilena - e uma parte considerável dos empresários de outros países latino-americanos - olham com

indulgência os crimes da ditadura de Pinochet e os interpreta como um preço necessário para a mudança que transformou o Chile na estrela econômica mundial que é hoje. Mas, esse ponto de vista é correto? Somente num contexto autoritário podem ocorrer reformas e bons resultados econômicos no mundo emergente? As liberdades democráticas são um entrave para o desenvolvimento econômico? É sempre perigoso fazer ficção política, mas se uma ditadura política fosse garantia de desenvolvimento econômico a América Latina seria hoje a grande potência mundial. Basta apenas olhar a Argentina e as ditaduras supostamente favoráveis ao mercado que infestaram a segunda metade do século XX e terminaram em fragorosos fracassos políticos e econômicos. Ou as ditaduras brasileira e uruguaia, que pretenderam assentar as bases para um modelo de longo prazo que desmoronou como um castelo de cartas à primeira brisa.

Felizmente, a consolidação democrática e o desenvolvimento econômico vivenciado nos últimos anos na América Latina trouxeram um foco de luz para essa discussão. No caso específico de Chile, existem evidências de que a consolidação do modelo econômico não teria sido possível caso a ditadura se perpetuasse no poder. Países que se tornaram importantes investidores no Chile, como o Canadá e a Finlândia mostravam grandes reticências a participar em projetos no Chile. E o sucesso dos produtos chilenos de consumo no exterior, como os vinhos e os salmões, teriam ficado muito vulneráveis à sua associação com um país sem liberdades. De todo modo, o Chile não é a China em termos de tamanho.

É correto assinalar que as bases do modelo chileno foram estabelecidas sob o governo de Pinochet. Mas foram os partidos políticos de centro-esquerda e a institucionalização democrática que permitiram que o país se transformasse em um dos mais bem-sucedidos do mundo. Sem instituições democráticas e sem liberdades políticas o modelo chileno de livre mercado não teria podido levantar vôo.

É possível aplicar algo parecido a outros países, como o México, onde o fim de 70 anos de governos do PRI (Partido Revolucionário Institucional) sob um sistema pseudodemocrático foi o corolário necessário e imprescindível para a consolidação da abertura do país ao mundo e a sua integração nos blocos econômicos mais poderosos do planeta. As reformas econômicas iniciadas nos anos 1980 e que foram implantadas pelo governo de Carlos Salinas de Gortari foram um primeiro passo. O sucessor de Salinas, Ernesto Zedillo, foi quem consolidou as reformas políticas que permitiram que a democracia plena chegasse ao México, com o triunfo do primeiro candidato de oposição desde a época da Revolução Mexicana no início do século XX. A Colômbia e o Brasil são, por outro lado, exemplos claros de como as reformas econômicas e a economia de mercado podem ser desenvolvidas a partir de uma institucionalização democrática. A Argentina de Menem, por outro lado, é um bom exemplo de como uma

institucionalização insuficiente pode despedaçar um processo de reforma e abertura.

O Uruguai e a Costa Rica, por sua vez, são dois casos particulares dignos de estudo, sendo os únicos, junto com o Chile, que se situam no quarto superior do ranking que combina liberdades democráticas, economia de mercado e transparência governamental. Os dois países têm instituições democráticas de alta qualidade, mas foram lentos no processo de abertura econômica. A democracia, nestes casos, pode ter funcionado como um retardador, mas não como um freio. É empolgante ver como no Uruguai, graças a suas instituições democráticas, é uma coalizão de centro-esquerda que impulsiona o programa de abertura econômica mais claro da história moderna desse país.

Nos últimos anos, a América Latina avançou notavelmente em várias frentes. A mais óbvia é a das liberdades democráticas. Com a exceção de Cuba, que permanece como a única mancha ditatorial na região, os demais países latino-americanos são regidos por regras democráticas. Isto até mesmo em certas nações, como a Venezuela, que eliminaram liberdades, aproveitando e abusando de seu próprio sistema democrático. A batalha das liberdades democráticas, apesar disso, não está totalmente ganha. As nações latino-americanas necessitam prosseguir fortalecendo sua institucionalização para que os mecanismos sobre os quais uma democracia se apoia – que proporcionam ao sistema sua capacidade de *check and balance*, como se diz em inglês, assegurando os difíceis equilíbrios de interesses que formam o núcleo da democracia – amadureçam e se consolidem. Hoje temos casos de abusos tanto do governo, como o caso da Venezuela e, em menor medida, da Bolívia, do Equador e da Nicarágua, como da outra margem, como é o caso do Peru, onde a falta de institucionalização e representatividade faz que os conflitos tendam a ser resolvidos pela via do confronto profundo, mantendo o governo quase permanente em cheque. Essa foi a principal razão que explica a precaríssima popularidade

com a qual o presidente Alejandro Toledo terminou seu mandato, apesar das elevadas taxas de crescimento econômico alcançadas durante seu governo, como a que padece o atual mandatário Alan García, apesar de ter reduzido de forma significativa a pobreza do país e de ter mantido taxas de crescimento asiáticas.

Em segundo lugar, é evidente que a economia de mercado avançou de forma significativa, começando pelas duas grandes potências da região, o México e o Brasil, seguindo pelas economias médias mais importantes, como o Chile, a Colômbia e o Peru, e até mesmo entre economias pequenas, como o Uruguai e a maior parte das nações da América Central. O risco de retrocesso permanece, mas é bastante menor do que há alguns anos. Esperemos que a crise global que presenciamos não se torne um catalisador negativo que nos faça perder parte do terreno conquistado com tanto sacrifício nos últimos anos.

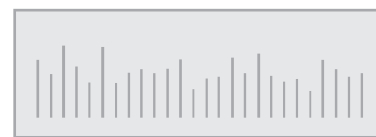
A América Latina necessita aprofundar o modelo, encarando as microrreformas pendentes imprescindíveis para melhorar a competitividade dos países da região.

O grande tema não resolvido na América Latina é o da transparência governamental. Aqui ainda há muito a ser feito. Os níveis de corrupção ainda são muito elevados, a ineficácia do poder judiciário é patente e a segurança jurídica, embora tenha melhorado, ainda está sujeita às oscilações políticas. É provavelmente a área mais difícil de ser melhorada. A política é a arte do possível e pensar em governos e instituições imaculadas é uma utopia. Mas dentro do pragmatismo necessário para governar, o combate à corrupção e o fortalecimento institucional devem ocupar um lugar muito mais importante do que o que ocupam hoje nas estratégias políticas dos países latino-americanos.

*Raúl Ferro é diretor de desenvolvimento de conteúdos de Business News Americas e membro do Conselho Consultivo do CADAL.*



## Apertura Latinoamericana



O programa radiofônico do Centro para a Abertura e o Desenvolvimento da América Latina.

Uma hora semanal dedicada à análise da atualidade política latino-americana.



**Escute todas as semanas a coluna de Raúl Ferro sobre atualidade política, econômica e de negócios na América Latina.**

Com a direção de Gabriel Salvia.

A participação de Fernando Laborda analisando a atualidade política da Argentina.

E os alertas pela liberdade de imprensa por Hernán Alberro.

[www.aperturalatinoamericana.com](http://www.aperturalatinoamericana.com)

## Democracia, Mercado e Transparência na América Latina 2008

O Chile continua encabeçando o ranking de Democracia, Mercado e Transparência na América Latina, muito acima da média da região e, com uma pontuação de 0,818, situa-se na 17ª posição em termos mundiais. O segundo país da América Latina nesse relatório é a República Oriental do Uruguai, que, com uma classificação de 0,779, melhorou sua posição em relação ao ano de 2007 e dessa maneira superou em termos mundiais nada menos que a França e a Espanha.

A América Latina registra uma média de 0,525 e onze dos vinte países estão acima dessa média. Um dado que chama a atenção no ranking latino-americano é que quatro países da região não apresentaram qualquer mudança em sua pontuação de um ano para outro: Brasil, Argentina, Bolívia e Cuba.

Quanto aos blocos regionais, o Uruguai encabeça o ranking de países integrantes do Mercosul, bloco regional com uma média de 0,539. Por vários motivos, o Mercosul encontra-se com um futuro incerto e este relatório mostra a dificuldade para harmonizar institucionalmente o bloco, algo que se complica ainda mais com a entrada da Venezuela. Este último país, com uma classificação de 0,350 e situado globalmente na 115ª posição, representa com sua incorporação ao bloco um retrocesso para o mesmo do ponto de vista político, econômico e institucional.

A embrionária União de Nações do Sul (Unasur) tem o Chile como a nação melhor classificada e registra uma média de 0,546; o Peru ocupa o primeiro lugar na Comunidade Andina de Nações cujo conjunto mostra uma média de 0,502; e o CAFTA tem uma média de 0,586 com a Costa Rica acumulando a melhor colocação entre os países da América Central e do Caribe. Em **liberdades políticas e civis** todos os países da região mantiveram-se na mesma, com a exceção do **México**. De fato, a nação asteca melhorou um ponto em liberdades civis devido a mudanças e situações propícias

que ocorreram ao longo de 2007. Em relação a isso, o relatório da Freedom House assinala o seguinte:

–“As garantias legais e constitucionais de liberdade de expressão foram melhorando gradualmente, mas o ambiente de segurança para os jornalistas deteriorou-se acentuadamente. Agora que já não depende da publicidade oficial e dos subsídios, a imprensa competitiva tomou a iniciativa de denunciar a corrupção oficial, embora as reportagens investigativas ainda sejam poucas”.

–“Em 2007, a chamada Lei Televisa, que dava um maior espectro de radiodifusão aos dois gigantes dos meios de comunicação, foi rejeitada pela Suprema Corte. Além disso, a difamação deixou de ser crime em nível federal, embora ainda seja mantida como crime em muitos estados.”

–“Por volta do final de 2007, o Congresso encaminhava-se para a aprovação de uma grande reforma judiciária que substituiria o sistema do interrogatório civil por um sistema oral. Os especialistas veem esta mudança como uma medida positiva que favoreceria a eficácia e a justiça”.

–“Sabe-se que a violência e o abuso sexual atingem cerca de 50% das mulheres. Em fevereiro de 2007, o governo aprovou uma lei ampla para proteger as mulheres do abuso doméstico, embora ainda falte determinar sua eficácia.”

Mas as mudanças mais significativas ocorreram em matéria de **liberdades econômicas**, conforme assinalaram a Heritage Foundation e o Wall Street Journal:

–O **Chile** piorou em: Liberdade comercial, liberdade de comércio internacional, liberdade fiscal, tamanho do setor público, liberdade trabalhista e liberdade monetária; mas melhorou em liberdade de investimento. Cabe destacar que embora tenha piorado em vários aspectos, o recuo é muito pequeno nos pontos nos quais piorou e o avanço é muito grande no ponto no qual melhorou, liberdade de investimento, passando de 70% de liberdade para 80% de

América Latina

Posição	País	2008	Alteração de posição
17	Chile	0,818	=
22	Uruguai	0,779	Melhorou duas posições, superando a França e a Espanha
38	Costa Rica	0,701	=
48	Panamá	0,610	=
51	El Salvador	0,588	=
55	México	0,568	Caiu duas posições, cedendo diante da Romênia e da Croácia
57	Peru	0,558	Melhorou duas posições, superando o Brasil e a Jamaica
59	Brasil	0,557	Caiu três posições, cedendo diante do Peru, da Mongólia e da Turquia
62	Rep. Dominicana	0,547	=
66	Colômbia	0,532	Melhorou uma posição, igualando a Argentina
66	Argentina	0,532	Caiu duas posições, cedendo diante da Turquia e do Benin
80	Honduras	0,482	Melhorou duas posições, superando a Nicarágua e a Ucrânia
81	Nicarágua	0,478	Caiu quatro posições, cedendo diante de Honduras, do Qatar e da Indonésia
82	Paraguai	0,476	Melhorou sete posições, superando a Bolívia e a Guatemala
85	Guatemala	0,474	Melhorou duas posições, igualando a Bolívia e superando as Filipinas
85	Bolívia	0,474	Caiu duas posições, sendo alcançada pela Guatemala
95	Equador	0,444	Caiu uma posição, cedendo diante dos Emirados Árabes Unidos
115	Venezuela	0,350	Melhorou duas posições, superando Bangladesh e Burundi
129	Haiti	0,317	Caiu seis posições, cedendo diante do Cazaquistão, do Paquistão e da Argélia
146	Cuba	0,214	Melhorou uma posição, alcançando a Bielorrússia
	<b>Média</b>	<b>0,525</b>	

liberdade. O relatório afirma: “O investimento estrangeiro é a base do forte crescimento do Chile, e permitir a fácil repatriação é um atrativo para o capital estrangeiro”.

–O **Uruguai** retrocedeu nos seguintes aspectos: liberdade comercial, liberdade fiscal, tamanho do setor público, liberdade de investimento e liberdade trabalhista; mas melhorou em liberdade de comércio internacional, liberdade monetária, liberdade diante da corrupção e manteve-se sem modificações em liberdade financeira e direitos de propriedade. Cabe destacar que em liberdade de investimento, ao contrário do que acontece no Chile, a queda foi de 10 pontos, enquanto a melhoria mais notável ocorreu em liberdade diante da corrupção.

–A **Costa Rica** caiu em liberdade de comércio internacional e liberdade diante da corrupção; e melhorou em liberdade comercial, tamanho do setor público, liberdade monetária e liberdade trabalhista. Apesar disso, não teve nenhuma mudança substancial nem para melhor nem para pior.

–O **Panamá** teve uma intensa melhoria (10 pontos percentuais) em liberdade financeira, mas teve uma forte queda de 4 pontos em liberdade diante da corrupção. A Heritage afirma que o “Panamá apresenta falhas em relação aos direitos de propriedade, à liberdade trabalhista e à liberdade diante da corrupção. O sistema judiciário acumula uma grande quantidade de casos, não se compromete com o cumprimento dos contratos e é sujeito à interferência política. Existe muita corrupção no Poder Judiciário e na administração pública. As regulamentações de comércio são cumpridas de maneira inconsistente.”

–**El Salvador** teve retrocessos em liberdade comercial, tamanho do setor público, liberdade diante da corrupção e liberdade monetária, e melhorias muito pequenas em liberdade fiscal e liberdade trabalhista.

–O **México** melhorou em liberdade de comércio internacional, liberdade fiscal, tamanho do setor público, liberdade monetária e liberdade trabalhista e, em geral, foram melhorias bastante significativas. Nesse sentido, a Heritage afirma que “As operações comerciais estão sendo simplificadas e a formação comercial é eficiente. As taxas de impostos sobre as receitas e corporativa são moderadas, e o receita fiscal geral é baixa como percentagem do PBI. O gasto governamental é bastante reduzido”. Também significativo foi o recuo em liberdade diante da corrupção de 2 pontos percentuais, o que leva a Heritage a afirmar que: “A liberdade diante da corrupção é o único fator que tem pontuação pior que a média mundial”.

–O **Brasil** teve quedas pronunciadas em liberdade comercial, liberdade trabalhista e liberdade diante da corrupção; mas teve melhorias relevantes em liberdade de comércio internacional e liberdade monetária. A Heritage resume: “Brasil é uma potência econômica regional, mas não é particularmente forte em nenhuma das dez liberdades econômicas”. “Há restrições significativas sobre o capital estrangeiro em muitas áreas, e o Governo continua profundamente envolvido na atividade bancária e financeira. O sistema judiciário e outras áreas de setor público são ineficientes e estão sujeitos à corrupção.”

–O **Peru** melhorou em liberdade de comércio internacional,

tamanho do setor público, liberdade monetária, liberdade de investimento e liberdade trabalhista. Conforme a Heritage: “O Peru tem uma pontuação acima da média em sete áreas e é particularmente forte em termos de tamanho do setor público. As taxas de impostos sobre as receitas e corporativa são moderadas, e a receita fiscal geral é baixa como percentagem do PBI. O índice de inflação é baixo e o Estado não influi de forma significativa sobre os preços. O processo de privatização está em andamento, particularmente em infraestrutura, e o gasto governamental total também é baixo. O Peru enfrenta importantes desafios, em especial em relação à liberdade trabalhista, direitos de propriedade e liberdade diante da corrupção. A lentidão e a imprevisibilidade do sistema judiciário causaram denúncias sobre corrupção, mas a corrupção não é um problema tão sério como em outros países da região. O desenvolvimento econômico também se vê impedido pelo mercado de trabalho restritivo, que regulamenta os procedimentos caros de demissão de empregados e as horas de trabalho semanais inflexíveis”.

–A **República Dominicana** apresentou progressos na liberdade comercial, na liberdade trabalhista e na liberdade financeira.

–A **Argentina** praticamente não sofreu modificações. Segundo a Heritage, “comparada com o país típico, a Argentina possui apenas uma instituição economicamente favorável: um governo relativamente pequeno em relação ao gasto. As economias mais avançadas estão reduzindo suas taxas de impostos corporativos, mas a taxa máxima de impostos corporativos e a taxa de impostos sobre as receitas da Argentina são de 35%. Mesmo assim, as receitas fiscais são baixas como percentagem do PBI, assim como o gasto, como resultado da evasão de impostos.”

–A **Colômbia** melhorou substancialmente. As melhorias mais notáveis (10 pontos) foram em liberdade de investimento e direitos de propriedade, seguidos por liberdade fiscal, liberdade comercial, liberdade monetária, tamanho do setor público e liberdade trabalhista. Não apresentou retrocessos acentuados.

–A **Nicarágua** registrou, segundo a Heritage, “uma das diminuições mais acentuadas em todo o mundo, que reflete pontuações mais baixas em seis das dez liberdades econômicas”. As quedas mais substanciais foram em liberdade financeira (10 pontos), direitos de propriedade (5 pontos), liberdade de comércio internacional e tamanho do setor público; enquanto não experimentou melhorias significativas em nenhum aspecto. Para a Heritage, “as pontuações mais fracas da Nicarágua correspondem a direitos de propriedade e liberdade diante da corrupção. O sistema judiciário é ineficaz para fazer cumprir os contratos e é sujeito à interferência política.”

–**Honduras** caiu significativamente em liberdade financeira (10 pontos), mas melhorou de forma substancial em liberdade comercial, liberdade fiscal, liberdade monetária e liberdade trabalhista. Também retrocedeu, embora de forma menos evidente, em liberdade de comércio internacional e liberdade diante da corrupção. Em poucas palavras, a Heritage explica que “o Governo de José Manuel Zelaya cumpriu com os objetivos macroeconômicos estabelecidos e está reduzindo a dívida por meio de iniciativas do Banco Mundial e do



Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre os problemas que ainda persistem estão o tráfico de drogas, os delitos violentos e a proliferação de quadrilhas juvenis de rua, conhecidas como ‘maras’”.

–A **Bolívia** retrocedeu acentuadamente em liberdade de investimento, direitos de propriedade e liberdade diante da corrupção. Além de quedas mais sutis em outros quatro pontos, como liberdade comercial, liberdade de comércio internacional, liberdade fiscal e tamanho do setor público. Mas convém destacar que teve uma notável melhoria de quase 6 pontos em liberdade monetária já que “a inflação é moderada, com uma média de 4,6% entre 2004 e 2006. Os preços relativamente instáveis explicam, em grande parte, a pontuação de liberdade monetária”.

–A **Guatemala** caiu em liberdade financeira e liberdade de comércio internacional. Pelo lado dos avanços, as variações foram pouco significativas, exceto pelo caso, que merece destaque, da liberdade comercial. A Heritage conclui que “A pontuação em liberdade comercial, direitos de propriedade e liberdade diante da corrupção não é boa. Fechar uma empresa é difícil e os procedimentos para obtenção de uma licença são caros. O Poder Judiciário não proporciona uma arbitragem efetiva nos processos e a corrupção é generalizada.”

–O **Paraguai** melhorou em relação à liberdade comercial, aos direitos de propriedade e à liberdade diante da corrupção. A Heritage destaca que o “Paraguai tem uma pontuação acima da média em metade das áreas avaliadas e particularmente boa em termos de liberdade fiscal e de tamanho do setor público”, mas “A liberdade comercial e trabalhista, os direitos de propriedade e a liberdade diante da corrupção do Paraguai são fracos. É difícil iniciar uma atividade comercial, e as regras são reforçadas por uma burocracia que não tem transparência.”

–O **Equador** caiu substancialmente em liberdade financeira e liberdade diante da corrupção, mas melhorou na mesma medida em liberdade de investimento. Conforme explica a Heritage Foundation, “existe uma falta de respeito com o estado de direito”. Depois da eleição de Rafael Correa sua “plataforma de maior controle governamental sobre bancos e sobre a produção de petróleo, a inadimplência diante dos credores internacionais e sua oposição a um tratado de livre comércio com os Estados Unidos” tiveram como resultado

“uma fuga de capitais e uma redução nos investimentos estrangeiros diretos”.

–A **Venezuela** caiu 2,9 pontos “o que reflete principalmente uma deterioração dos direitos de propriedade intelectual e da liberdade trabalhista. A Venezuela está na 28ª posição entre os 29 países da região das Américas e sua pontuação geral é muito menor que a média da região”. Embora tenha melhorado em liberdade comercial e liberdade monetária, caiu em todos os demais índices, especialmente em direitos de propriedade, cujo recuo foi de 20 pontos, ficando numa pontuação de 10/100. A Heritage resume assim o recuo: “No último ano, Chávez confiscou o controle das companhias de petróleo do setor privado e nacionalizou o principal fornecedor de eletricidade e a maior companhia telefônica. Está despendendo milhões numa campanha internacional da diplomacia do petróleo contra os Estados Unidos, e apoiando o regime de seu mentor, o ditador cubano Fidel Castro. Junto com os controles dos preços e as importações, estas políticas prejudicam os grupos de baixa renda que Chávez promete ajudar. A Venezuela possui uma das maiores taxas de inflação. O controle nos preços de alimentos, remédios e serviços básicos desestimula a produção privada e gera escassez.”

–O **Haiti** registrou um recuo com relação ao ano anterior e “uma das cinco maiores diminuições deste ano”. Melhorou somente em liberdade monetária (3 pontos) mas retrocedeu em seis itens, especialmente em liberdade de comércio, liberdade de comércio internacional e liberdade financeira.

–**Cuba** também retrocedeu, “o que reflete principalmente que o tamanho do setor público e a liberdade diante da corrupção pioraram”. “O governo comunista determina as políticas econômicas, todos os aspectos do comércio encontram-se estritamente controlados e dominados pelo governo, e o setor privado é muito reduzido. Não há tribunais isentos de interferência política e a propriedade privada (principalmente as terras) é estritamente regulada pelo Estado.” Finalmente, em matéria de transparência, de acordo com a enquete de percepção da corrupção, o Chile, o Uruguai, a Costa Rica, o Panamá, o México, o Peru, Honduras, a Bolívia, a Guatemala e Cuba melhoraram; e a Nicarágua, El Salvador, o Equador, a Venezuela e o Haiti pioraram sua situação. Nos demais países não houve alterações.



AMÉRICA DEL SUR  
EN EL MUNDO DE  
LAS DEMOCRACIAS  
DE MERCADO

Héctor Ricardo Leis  
Eduardo Viola




## América del Sur en el mundo de las democracias de mercado

Héctor Ricardo Leis e Eduardo Viola

“O livro é incitante, polêmico e engajado. Os autores discutem o processo de globalização e a sociedade do conhecimento no limiar do sistema internacional do século XXI. A democracia de mercado impôs-se no mundo, e essa tendência contrasta na América do sul com as experiências populistas que abrem sérios questionamentos e desafios sobre a evolução de certos regimes democráticos da região”.

Hugo Quiroga, *Político*, Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Adquira-o em:









## Democracia, Mercado e Transparência Global 2008

Assim como na edição anterior, duas ex-colônias britânicas, Nova Zelândia e Mianmar, voltam a ocupar respectivamente o primeiro e o último lugar desse ranking. No total, em comparação com 2007, cerca de 75 países melhoraram sua qualificação, outros 62 pioraram e sete mantiveram-se na mesma posição.

A Dinamarca situa-se na segunda colocação em nível mundial, reduziu bastante a diferença em relação à Nova Zelândia e continua encabeçando o ranking dos países da União Europeia. A Suíça situa-se na terceira posição e também diminuiu a diferença em relação à Nova Zelândia. O outro país da Oceania, a Austrália, situa-se em quarto lugar e também melhorou sua classificação. Por sua vez, o Canadá aparece no ranking em quinto lugar e é o melhor colocado do continente americano.

A Islândia e a Finlândia são os dois únicos países do Top Ten que baixaram sua classificação, e o Reino Unido e a Noruega são os que apresentaram as maiores quedas entre os que ocupam os vinte primeiros lugares do ranking.

O Egito, que se encontra na 120ª posição, é o país que registrou o maior avanço de sua classificação, de 0,282 a

0,347; enquanto o Chade, na 148ª posição foi o que mais retrocedeu, de 0,280 a 0,209. A Macedônia, a Albânia e a Índia são os países com a pontuação mais próxima à média global, que em 2008 foi de 0,521 e no ano anterior de 0,523. Dos 27 países que integram a União Européia, apenas oito melhoraram sua classificação e 19 retrocederam nesse ranking. O Chipre é o país que registrou o maior crescimento, passando da 17ª posição em 2007 para o 12º lugar em 2008 na União Europeia. Os outros países da UE que melhoraram sua pontuação foram a Dinamarca, a Irlanda, a Estônia, a Eslováquia, a Polônia, a Grécia e a Romênia.

Por sua vez, dos países que integravam a antiga União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, o melhor posicionado é a Estônia, no o 19º lugar; do Oriente Médio destaca-se Israel, na 33ª colocação; e da África aparece a República de Maurício, que se situa na 32ª posição e obtém um dos crescimentos mais extraordinários em sua classificação em relação a 2007. Finalmente, são sete os países que nas medições de 2007 e 2008 não registraram mudanças de pontuação: Áustria, Brasil, Argentina, Bolívia, Armênia, Djibuti e Cuba.

### Com quem a Argentina quer se parecer?

Uma pergunta elementar para ser formulada a um político deveria ser: Quais são seus países de referência? A resposta proporcionará uma idéia do tipo de sistema econômico e institucional ao qual adere ou demonstrará alguma contradição em seu pensamento. Claramente, alguns políticos se identificam com as sensatas políticas que vêm sendo implantadas no



Chile; uns poucos simpatizam com o “paraíso” cubano; e uma grande maioria almeja o modelo de estado benfeitor dos países nórdicos para distribuir equitativamente as rendas, mas combinado com os níveis de transparência da Venezuela.

Por isso, os dados que este relatório oferece em nível global merecem ser observados com atenção pelos dirigentes políticos argentinos, se é que lhes interessa favorecer o desenvolvimento do país. Nesse ranking, a Finlândia está em oitavo; a Suécia, em nono; a Noruega está em 16º... e a Venezuela, em 115º. Do mesmo modo, estes dados também ajudam a reforçar os pontos de vista dos empresários da Argentina. Como exemplo, na edição do 25º aniversário da prestigiosa revista *Apertura*, vários empresários consultados sobre “Que notícia de capa você gostaria de ver na revista?”, responderam o seguinte:

–”A Argentina: oportunidade histórica. Como crescem os vizinhos incrementando o livre comércio, sem impostos que afetem a competitividade e reduzindo níveis de endividamento por meio do investimento. Casos como o do Brasil, do Peru, da Colômbia e do Chile.

O Uruguai, com exportações agropecuárias em disparada, sem retenções, inflação relativamente baixa e paz social.

Demonstrar que é possível fazer as coisas beneficiando a

sociedade, pondo o foco mais na geração de riqueza do que na sua distribuição”.

–”Um mapa da Argentina e frases: Como queremos ser quando crescer? A Austrália, a Irlanda, o Canadá? Ou a Bolívia, a Venezuela, o Zimbábue?”

–”A notícia de que a Argentina consegue ser classificada com o mesmo *investment grade* que o Brasil. Nós estamos ficando cada vez mais para trás

dos países da região e nossos políticos não veem no médio prazo como verdadeiros estadistas”.

–”Uma colagem. Um mundo onde cada vez mais os alimentos se valorizam, o Brasil se transforma numa potência, o Uruguai e o Chile melhoram suas classificações de crédito, a China consome mais celulares do que a Europa, Alan García bate recordes de investimentos estrangeiros. E o outro, onde Chávez fala do ‘imperialismo’, nós da ‘p...oligarquia’ e a Bolívia se dedica a expulsar as empresas estrangeiras. A palavra ABERTURA seria um convite a pensar”.

É preciso levar em conta que os mencionados comentários foram realizados antes de o governo argentino de Cristina Fernández de Kirchner confiscar os fundos das Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (AFJP) e de estatizar as Aerolíneas Argentinas; e que este ranking foi elaborado com os dados obtidos entre 2007 e o início de 2008. Por isso, não será uma grande surpresa uma queda significativa da Argentina no ranking de 2009, fazendo que, em vez de aproximar-se da Noruega, a Argentina se aproxime mais da Venezuela, com as consequências políticas, econômicas e sociais que isso representa.

## Os casos da Dinamarca, da Rússia e da China

Por Gonzalo Bustamante Kuschel

O que nos mostra o ranking de Democracia, Mercado e Transparência, no caso da Dinamarca, é o sucesso do que Inglehart, Leblang e Jackman, entre outros, denominaram impacto multifatorial de diversos aspectos culturais tanto sobre o desenvolvimento econômico como sobre a consolidação da Democracia. É por isso, que quando se olha o ranking, rapidamente surge dentre os Top Ten uma correlação entre os níveis de corrupção e a qualidade democrática: são inversamente proporcionais.

As instituições e os valores culturais desempenhariam, na opinião destes autores e com ênfase em um elemento ou outro, um papel chave para gerar crescimento econômico e liberdade política. A isso se soma outro fator decisivo: uma população de bom nível educacional. A Dinamarca caracteriza-se, assim como todas as nações escandinavas, por ser uma nação de altos níveis educacionais não apenas no desenvolvimento de habilidades técnicas, que certamente são fundamentais, como também em habilidades intelectuais em todas as áreas: de Ciência e Tecnologia até as disciplinas humanistas típicas.

Portanto, como no caso do “sucesso dinamarquês”, repousa não apenas na existência de uma ética do trabalho e de um ordenamento institucional e jurídico que se respeita, como também em uma Sociedade Civil de cidadãos alertados do que pode ser a tentação populista e a demagogia, vale dizer, como acreditavam os próprios patriarcas dos Estados Unidos, afinal, uma população “sadia como cidadania” é o melhor fiador da estabilidade e da liberdade. Não é por acaso, nesta mesma linha, que quando se observam os países de pior desempenho no ranking, todos possuem alguma quebra (ou várias) dos pontos fortes dinamarqueses: institucionalização, valores culturais de empreendimento, respeito à liberdade ou nível educacional e civilidade baixos, isso explicaria o baixo rendimento desses países e, ao contrário, o bom desempenho da Dinamarca.

Nesse sentido, países como a Dinamarca, servem de exemplo contrafactual para poder determinar o que falta para aproximar-se de seus níveis de liberdade, transparência e prosperidade. Hans Christian Andersen dizia: “A imprensa é a artilharia da liberdade”, mas sem dúvida que isso supõe a qualidade do leitor e a Dinamarca é um exemplo do que é chamado de *Human Capital*, não apenas de seus agentes no sistema econômico como também da civilidade no plano político, como aponta o ranking.

### Uma potência terceiro-mundista

Como também mostra o Ranking de Democracia, Mercado e Transparência, a Rússia continua muito longe de ser uma democracia real e seus níveis de corrupção e de falta de transparência produzem o paradoxo de ser uma “potência, mas com estruturas políticas e de opinião pública terceiro-mundistas”. É interessante para entender este fenômeno considerar certos dados sobre Rússia e seu contexto que ajudem a entender o que o ranking nos mostra.

Dos dados apresentados por Anckar (2002) e Karantnycky

Posição	País	2008	2007	Diferença
2	Dinamarca	0,905	0,901	0,004
133	China	0,300	0,293	0,007
135	Rússia	0,291	0,306	-0,015

(2000) no início do século XX existiam 55 Estados nacionais, dos quais quase nenhum correspondia a uma democracia, por volta de 1950 eram 80 os Estados soberanos, dos quais 22 eram democracias e por volta de 1999 existiam 192 Estados dos quais pelo menos de 122 tinha algum tipo de democracia competitiva. Posto de outra forma, segundo os dois autores, em 1900 apenas 12% da população mundial viviam em democracia, em 1950 essa população ascendia a 31% e no final do século XX a 58%; essa tendência continuou aumentando durante a primeira década do século XXI.

O que estes dados nos dizem: Que tanto a “soberania” como a “democracia” (com diversos níveis de qualidade, certamente) estenderam-se pelo mundo. A Rússia, nesse contexto, passou de um regime czarista, que era de molde absolutista, a um dos totalitarismos mais brutais do século XX e agora a um governo “não-democrático” e com altos níveis de corrupção social. Basta pensar que a máfia russa é, nos dias de hoje, a maior e mais perigosa organização criminosa do mundo. Além disso, a expansão da soberania e democracia afetou o que já foi o Império Russo e Soviético com países que se encontravam sob sua órbita conquistando sua independência e, em alguns casos, passando a ser democracias, como os países Bálticos.

Dessa forma, este fenômeno significou a perda de influência da Rússia e o fim do absolutismo e totalitarismo como forma de governo dessa nação, mas não a chegada de uma democracia propriamente dita. Além disso, como demonstram os acontecimentos da Geórgia, a Rússia, não aceita passivamente a perda de sua influência e tenta desempenhar o papel, pelo menos de modo regional, de grande potência.

Este contexto pode ajudar a explicar o porquê de uma nação tão rica em recursos naturais, com uma população de alto nível educacional e um custo de mão-de-obra, comparativamente, mais baixo que o da União Européia, não ter conseguido nem consolidar uma Democracia nem estabelecer uma Economia de Mercado.

Robert Dahl aponta que uma condição para o desenvolvimento democrático é a existência prévia de certos valores, entre eles: os da tolerância, da liberdade individual, do respeito às instituições acima da autoridade pessoal e o sentido de valorização da legalidade. Seriam estes os valores que permitem a consolidação das democracias. Visto assim, na Rússia presenciamos o predomínio de valores produzidos por séculos de autoritarismo, totalitarismo e dependência de um Estado transformado em culto pessoal. Esse “culto personalista” foi transferido para os chefões da máfia, ao novo autoritarismo e produz uma falta de sentido das instituições e de sua legitimidade que se refletem no desempenho econômico da nação eslava. É por isso, que é de se esperar para o futuro um aumento das tentativas da Rússia de, pelo menos, fazer a

sua população sonhar com novos ares de grandeza de um império que já não existe e assim criar uma coesão social ao redor do Estado e de seus líderes.

### Um gigante com pés de barro

É difícil que exista, hoje em dia, um país do qual se fale mais do que da China e, pelo mesmo, como poucos, esteja submetido a todo tipo de frases clichês. Como o ranking de Democracia, Mercado e Transparência reflete, a China continua posicionada entre os países de baixo rendimento em liberdades e transparência pública. É por isso que quando se fala da China se tende a esquecer que a nação asiática esteve numa situação animadora como potência mais de uma vez em sua história e sem este fator não se entende certa dinâmica de sua política.

Quando a dinastia Qin unificou o país, a primeira coisa que fez foi criar uma “Burocracia” que permitisse administrar a imensa nação. Portanto, a burocratização da China é muito anterior à da Europa e, por isso, para autores como Kaiser e Yon Cai (2003) não será antes do início do século 17, vale dizer, cerca de 2000 anos depois, que surgirá na Europa uma burocracia capaz de competir com a da China.

Outro fator a ser considerado é a presença na cultura chinesa, como valores incorporados, do confucionismo no qual, em diversas correntes dentro desta doutrina, se inculca o respeito à lei, a obediência à autoridade e o desenvolvimento de virtudes vinculadas ao esforço e ao sacrifício como um patrimônio comum, além de estabelecer e promover critérios de eficiência para determinar a ascensão na burocracia estatal em vez dos fatores hereditários. Isto será de grande importância, porque a burocratização da China é acompanhada de critérios de excelência administrativa, desde pelo menos 500 a 300 anos antes de Cristo.

Também é preciso considerar que a China sempre foi um país dividido em classes sociais, etnias (56 e sempre governadas pela etnia Han), diversidade religiosa e clãs. Isso explicaria

por que embora a China chegasse a dominar no século XIX até mais de 30% do comércio mundial, e de haver sido um chinês de religião muçulmana, Zheng He, quem deu a primeira volta ao mundo, no século XIV, que o tigre asiático nunca optou, até agora, por desafiar o domínio ocidental; tiveram claro que possuem fraquezas internas e como aconselha Sun Tzu na arte da Guerra, “não é prudente atacar uma fortaleza quando não se está seguro da própria fortaleza.”

Tudo isto ajuda a entender como a China se mantém unida: por um lado, uma tradição burocrática, uma população acostumada, por milênios, a obedecer e não conhecer a democracia e um Partido Comunista herdeiro de uma cultura temerosa de suas próprias fraquezas e que aspira, agora sim, a desafiar o Ocidente o que requer, na opinião deles, uma política monolítica e ditatorial que sufoque a divergência, o que certamente está de acordo com a ideologia comunista do próprio partido.

Nessas condições, não é de se estranhar a posição da China no ranking: uma opinião pública emudecida, uma Sociedade Civil moldada para obedecer e uma burocracia que não contribui para a transparência.

É interessante ver o que acontecerá com China nos próximos anos: é vizinha do outro gigante asiático com quem sustentou sua última guerra em 1962, limita ao norte com a Rússia, país que não está disposto a desempenhar um papel secundário no centro da Ásia, possui no norte uma comunidade muçulmana muito numerosa e aumentam de modo crescente as desigualdades econômicas e de recursos hídricos entre o Norte e o Sul. Tudo isso torna possível supor que os dias de abertura política na China não parecem estar próximos. O Tigre tem consciência de que possui mais de um pé de barro e sua cultura política baseia-se em resistir a que se despedace fazendo uso da força.

*Gonzalo Bustamante Kuschel é Professor de Filosofia Política na Escola de Governo da Universidad Adolfo Ibáñez e membro do Conselho Acadêmico de CADAL.*

## Escola Latino-Americana de Estudos Políticos e Econômicos

A Escola Latino-Americana de Estudos Políticos e Econômicos é um instituto de capacitação do Centro para a Abertura e o Desenvolvimento da América Latina (CADAL) que oferece a estudantes universitários e recém-graduados atividades extracurriculares e um âmbito de participação numa organização da sociedade civil.

Anualmente, a ELEPE organiza programas educativos, seminários, conferências, um concurso e a jornada anual de empreendedores das ideias.

Um dos objetivos da ELEPE é formar futuros dirigentes e ativistas sociais que compartilhem a defesa das liberdades democráticas fundamentais, a importância da vigência de um estado de direito e a necessária busca de consensos necessários para a formulação de políticas públicas que favoreçam o progresso econômico e social.

Os participantes da ELEPE que se destacam por seu talento e vocação são levados em consideração para a prática de voluntariado e a concessão de estágios remunerados, bolsas de pesquisa e outras oportunidades de trabalho.

A ELEPE financia suas atividades mediante doações de empresas, entidades e indivíduos. Para solicitar maior informação pode visitar o site do CADAL [www.cadal.org](http://www.cadal.org) ou enviar uma mensagem para [elepe@cadal.org](mailto:elepe@cadal.org)



## Os piores do mundo

Por Pablo Brum e Mariana Dambolena

Uma obrigação moral dos países desenvolvidos, e dos que aspiram a vir a ser um deles, é não se esquecerem das pessoas que infelizmente vivem em países governados por ditaduras, com pobreza e corrupção generalizada. São os países que aparecem nos últimos lugares desse ranking e cujas autoridades não deveriam ser consideradas legítimas por nenhuma democracia ou organismo internacional que procure ser respeitável.

Como este relatório permite comparar em nível global o respeito às três facetas que produzem o desenvolvimento, a análise dos piores países que aparecem nesse ranking é também uma espécie de consolo para os que vivem em lugares com diversas dificuldades políticas e econômicas, pois como se poderá observar, ainda é possível estar muito pior. Esclarecendo novamente que este relatório não inclui em seu ranking países que não figuram em algumas das publicações utilizadas para essa medição, por tais motivos não aparecem nesta seção algumas nações merecedoras de ser incluídas entre as piores do mundo, como a Coreia do Norte, a Eritreia, a Somália e o Sudão.

A seguir, são descritos os países que ocupam as últimas dez posições no ranking Democracia, Mercado e Transparência 2008.

### Mianmar

O regime de Mianmar, também conhecido como Burma e antes como Birmânia, já mantém uma tradição de exercício maciço da violência e da repressão para controlar o país. É difícil saber por onde começar para listar as razões pelas quais este governo constitui o ponto baixo desse estudo. O poder está nas mãos de uma junta de militares de carreira, liderados pelo general Than Shwe. Todas as ditaduras do mundo restringem os direitos humanos, como a liberdade de expressão, de associação ou de culto. No entanto, o regime de Yangon vai além.

Em Mianmar estão proibidas as atividades mais elementares, como as telecomunicações, a liberdade de ir e vir e ter contato com estrangeiros. Mais ainda, o regime encontra-se em estado de guerra com sua própria população, já que há décadas usa o exército para combater brutalmente as minorias étnicas das selvas do país. Do mesmo modo, para gerir e financiar esse esforço bélico recruta e escraviza diretamente a população das regiões circundantes.

O grau de violência extrema e controle da população que exercem os militares que Shwe lidera, famosos no meio de comunicação pela supressão violenta de protestos de parte de monges budistas, faz que Mianmar seja um dos países menos acessíveis do mundo. De fato, em 2008 o regime tocou fundo na violação dos direitos humanos de seus próprios cidadãos. Diante do impacto do ciclone Nargis, que matou a bagatela de cem mil pessoas, o governo proibiu o acesso durante várias semanas de organizações e governos que ofereciam ajuda humanitária gratuita.

### Zimbábue

O governo do Zimbábue está sob o controle de um único homem desde 1980: Robert Mugabe. Os infelizes habitantes desse país, antes chamado de Rodésia, deixaram naquele ano de ser governados por um governo supremacista da minoria branca para padecer sob um ditador que se vale de sua militância pela independência para justificar seu controle do país. Zimbábue encontra-se atualmente à beira do abismo de uma escassez generalizada de alimentos. Enquanto este relatório é escrito, é o país com a maior taxa de inflação do mundo, assim como níveis de desemprego, expectativa de vida e nutrição em queda livre. Tudo isto deriva diretamente das políticas ditadas da capital Harare por Mugabe e sua equipe. Entre elas se encontram a desapropriação em massa de propriedades agrícolas de cidadãos de pele branca, o fechamento do acesso de estrangeiros ao país para aliviar a situação alimentícia, a proibição e repressão de atividades políticas independentes e o controle da economia pelo Estado.

Mugabe causou um mal-estar mundial ainda maior quando ordenou em 2005 a Operação Murambatsvina, ou “remover o lixo”. Em um dos países mais pobres e de miséria mais extensa do planeta, o regime enviou as forças armadas para demolir bairros inteiros de moradias irregulares, nas regiões mais pobres do país. Nações Unidas estima que a destruição atingiu mais de dois milhões de pessoas.

### Turquemenistão

Este é um dos países mais esquecidos do mundo. Quando aparece nas notícias é porque seu ditador, que entra na categoria dos bizarros, surpreende o mundo com um novo abuso. Saparmurat Niyazov era um *apparatchik* soviético, designado pelo Partido de Moscou para controlar a república turcomana. Quando caiu o império comunista, o velho seguidor do comunismo internacional transformou-se no Turkmenbashi, o pai de todos os turcomanos.

É assim que desde 1985, sob a era soviética, e até 2006, todo o poder da república centro-asiática foi dominado por Niyazov. Mesmo hoje, o país reflete, no melhor estilo Coreia do Norte, o culto totalitário à personalidade que Niyazov ordenou a seus cidadãos/súditos. Os livros de poemas de Niyazov eram de leitura obrigatória, e entre seus decretos/caprichos estava o fechamento de todos os hospitais de uma cidade. A ordem para os doentes era de que deveriam ser atendidos na capital, Ashgabat.

A morte de Niyazov não mudou o fato de que o antigo Partido Comunista é o único em atividade no país. A economia concentra-se na venda de contratos para a exploração energética por parte do Estado, que se nutre exclusivamente das receitas geradas.

### Líbia

Não é surpreendente que outro dos países que se encontram entre “os piores do mundo” nesse relatório seja mais um no

qual o poder total é reservado para um só ditador com tendências ao egocentrismo extremo.

Muammar Gaddafi tomou o poder em 1969, quando era um jovem coronel. Até hoje é ele quem controla tudo o que acontece na Líbia. Naturalmente, está preparando seus filhos para sucedê-lo, os quais, enquanto isso, percorrem o mundo causando estragos e escândalos.

A Líbia é um país totalitário subordinado aos conceitos inventados por Gaddafi como princípios ordenadores da sociedade. Para além dos conteúdos, o resultado é que estão expressamente proibidos os partidos políticos e o exercício da liberdade de expressão. O regime emprega a violência para encarcerar, torturar e fazer desaparecer seus críticos. Adicionalmente, Gaddafi tornou a Líbia infame por organizar operações terroristas em nível internacional, inclusive a derrubada de um avião civil sobre Escócia em 1988. De modo a poder sobreviver no cenário internacional, Gaddafi reinventou-se sucessivamente como comunista, fundamentalista islâmico, africano e até mesmo mediterrâneo. Recentemente, tem conseguido comprar uma maior aceitação na comunidade internacional, por sua oferta de vender petróleo, compensar às vítimas de suas operações terroristas e renunciar a um programa de desenvolvimento de bombas nucleares. Curiosamente, a presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, numa visita à África realizada em meados de novembro de 2008, que incluiu a Líbia e na qual se reuniu com Gaddafi, afirmou: “Eu e o líder da nação líbia fomos militantes políticos, desde muito jovens, abraçamos ideias e convicções muito fortes e com um viés fortemente questionador do status quo”. Comentário surpreendente de uma pessoa que se define como defensora dos direitos humanos.

### Uzbequistão

Apesar de ser um país consideravelmente rico em recursos, sua economia é amplamente controlada pelo governo e existem altos índices de pobreza e desemprego. Os meios de comunicação são controlados na sua totalidade pelo Estado e a oposição é praticamente inexistente.

Vários defensores dos direitos humanos, dissidentes e jornalistas independentes são presos sob acusações absurdas. A repressão de dissidentes teve sua demonstração máxima em 2005 no episódio conhecido como o massacre de Andijan, onde centenas de manifestantes pacíficos foram atacadas por forças governamentais. Até o dia de hoje estes assassinatos - o governo estima que houve 190 mortos - continuam impunes.

A tortura é considerada uma prática sistemática e difundida. O regime usa como desculpa a “ameaça de extremistas muçulmanos” como justificação para realizar prisões arbitrárias e torturas a muçulmanos que exercitam sua fé fora dos controles estabelecidos.

### Chade

Este país do Saara Central é o que mais desceu no ranking em relação a 2007. Desde 2003 exporta petróleo e, assim como no caso da Guiné Equatorial, a abundância de recursos naturais e as abundantes receitas relacionadas à sua venda

Posição	País	PBI per capita	2008
143	Laos	580	0,229
143	Guiné Equatorial	12860	0,229
145	Síria	1760	0,224
146	Cuba	7580	0,214
146	Bielorrússia	4220	0,214
148	Chade	540	0,209
149	Uzbequistão	730	0,204
150	Líbia	9010	0,188
151	Turquemenistão	2320	0,174
152	Zimbábue	340	0,157
153	Mianmar	450	0,143

não fizeram senão aumentar os níveis de corrupção. O Chade continua sendo um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo. Apesar de o governo ter comprometido a destinar a programas de desenvolvimento boa parte dos ganhos provenientes do petróleo, isto não se concretizou e os recursos são utilizados sobretudo na compra de armamento.

Desde sua independência da França em 1960 o país esteve submerso em intermitentes conflitos, relacionados na maioria a tensões étnicas e religiosas. As guerrilhas incluem crianças soldados.

Nos últimos anos o Chade foi, além disso, destino de centenas de milhares de refugiados provenientes de Darfur, Sudão. A isto se somam os milhares de desalojados internos. Todos eles vivem em condições extremamente precárias que se vêem agravadas pelas duras condições climáticas.

### Bielorrússia

O presidente dessa ex-República Socialista Soviética, Aleksandr Lukashenko, é considerado “o último ditador da Europa”. Com esse cognome não é difícil imaginar as condições de vida naquele país.

Quase não existem veículos de imprensa independentes, o acesso e a navegação pela Internet são limitados e a crítica ao presidente é considerada uma ofensa criminal. Embora os grupos de oposição política sejam “legalizados”, as autoridades fazem que seja praticamente impossível atuar e a maioria dos líderes de oposição está presa. Um dos casos mais recentes é o do ex-candidato presidencial Aleksandr Kazulin, preso desde 2006, quando foi detido num protesto pacífico e acusado de perturbar a ordem pública.

Recentemente, a Rússia reduziu seu apoio ao governo de Lukashenko, exigindo maiores preços pelo petróleo e o gás. Por sua vez, os países ocidentais mantêm distância devido às graves violações dos direitos humanos que ocorrem ali. Isto levou a Bielorrússia (também conhecida como Belarus) a procurar novas vinculações, como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez e com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad.

### Cuba

Mantém a distinção como a primeira e única ditadura totalitária da história das Américas. Mesmo após a morte de sua progenitora, a União Soviética, e da superação de seu ditador eterno, Fidel Castro, Cuba não mudou praticamente nada desde 1959.

O resultado é que se trata de um dos países mais pobres do mundo, que, além disso, se encontra fisicamente em ruínas. O grau de invasão das liberdades e direitos humanos por parte do governo é grotesco. Em Cuba quase não há Internet; não existem nem imprensa nem meios de comunicação que não sejam propriedade do Estado. Todos aqueles que expressem alguma crítica contra o governo ou até mesmo que demonstrem tendências “equivocadas” são passíveis de desaparecer em um dos sistemas carcerários mais brutais do mundo. O exílio não é uma opção, já que o regime proíbe a saída dos cubanos de seu próprio país. O resultado há várias décadas são imensas ondas humanas que fogem da ilha em balsas improvisadas, geralmente para os Estados Unidos.

A aplicação ortodoxa do comunismo significa que a economia cubana é quase completamente coletivizada – o que implica um atraso permanente e níveis de vida inferiores aos de 1959. A única exceção são empresas internacionais que investem em setores turísticos, que o regime explora cínicamente.

Além de tudo isto, Cuba tem uma rica história de apoio e exercício do terrorismo, da subversão antidemocrática e da supressão dos direitos humanos por tudo o mundo.

### Síria

Destaca-se por ter iniciado a primeira dinastia laica do Oriente Médio. No ano 2000, após a morte do ditador Hafez Assad, quem manteve o poder foi seu filho oftalmologista Bashar.

A Síria sob o segundo Assad é um Estado pária, visto amplamente como um dos mais repressivos do mundo. O autoritarismo do regime estende-se ao encarceramento arbitrário e à perseguição constante de milhares de dissidentes e das tentativas de criação de imprensa livre e à corrupção, que permite às Forças Armadas dominarem a vida no país.

A economia encontra-se estancada desde a era do primeiro ditador Assad, que implantou a ideologia socialista Baath. Existem estimativas que indicam que até metade dos sírios são empregados do Estado. As regulamentações sobre o comércio, as investimentos estrangeiras e as finanças são extremas.

Além disso, a Síria mantém-se em confronto com o mundo livre, por seu apoio aberto ao terrorismo palestino, libanês e iraniano.

### Guiné Equatorial

Este diminuto Estado da costa ocidental da África é o terceiro maior produtor de petróleo do continente. Não entanto, os

lucros são centralizados por um seletivo grupo relacionado ao governo e os resultados do crescimento econômico não chegam aos mais necessitados. O boom econômico tampouco contribuiu para a melhoria dos índices de corrupção que, pelo contrário, aumentaram.

A Guiné Equatorial tem altíssimos índices de pobreza e uma das piores taxas de alfabetização do mundo. O poder concentra-se nas mãos do presidente, Teodoro Obiang Nguema Mbasongo, que determinou que a informação relacionada aos lucros provenientes da venda de petróleo seja considerada “segredo de Estado”. As liberdades políticas e civis são seriamente limitadas, a imprensa e o Poder Judiciário não são livres e são necessárias autorizações especiais para reuniões de mais de dez pessoas e vistos de saída para viagens ao exterior.

Vale a pena lembrar a recente visita, em fevereiro deste ano, de Teodoro Obiang à Argentina. Além de assinar vários acordos de cooperação, a presidente Cristina Fernández criticou o mandatário pela situação dos direitos humanos naquele país. Obiang não escondeu seu mal-estar e declarou que não havia ido à Argentina “para receber lições sobre democracia e direitos humanos”.

### Laos

É um dos países mais pobres do Leste da Ásia. Depois de anos de isolamento, começou a abrir-se para o mundo na década de 1990. A ampla maioria da população, ao redor de 80%, dedica-se ao setor agrícola. Nas regiões rurais, a maioria da população vive sem eletricidade e em condições precárias.

O Laos faz parte junto com Vietnã e Mianmar do chamado “Triângulo Dourado”, região de produção de heroína, e, portanto, o narcotráfico e a violência derivada dessa atividade estão amplamente difundidos. Ocorrem no Laos graves violações dos direitos humanos, sobretudo os da minoria Hmong. Este grupo étnico vive na selva montanhosa em condições extremamente degradantes e ainda hoje é perseguido por forças do governo por suas ligações com o “Exército Secreto” durante a Guerra do Vietnã. O único partido político legalizado é o Partido Popular Revolucionário do Laos. O governo controla os veículos de imprensa e a oposição é fortemente reprimida.

*Pablo Brum e Mariana Dambolena são Pesquisadores Associados na Área de Promoção Internacional dos Direitos Humanos do Centro para a Abertura e o Desenvolvimento da América Latina – CADAL.*



**Área Promoção Internacional  
dos Direitos Humanos**



**Proyecto ProCubaLibre**

“Cuba es una enorme prisión y tenemos que dar la alarma alrededor de sus muros”, Vaclav Havel



[www.procubalibre.org](http://www.procubalibre.org)



## Que continuem esperando o fim do capitalismo

Por Pablo Díaz de Brito

O analista internacional da Newsweek e da CNN e ex-editor de Foreign Affairs, Fareed Zakaria, lembra em sua coluna A era de Bloomberg que no capitalismo do século XIX havia recessões a cada 49 meses, e depois de 1919 essa média subiu para 100 meses. As intervenções e regulamentações dos bancos centrais e dos ministérios da fazenda evitaram ou atenuaram muitas crises, que apesar disso são intrínsecas a uma economia capitalista, como apontaram com prazer por estes dias seus inimigos. Mas estas crises cíclicas, como fica evidente quando se estuda a atual, devem-se ao grande dinamismo intrínseco ao capital, o mesmo que lhe permite criar riqueza como nenhum outro sistema econômico. O que permitiu que nos Estados Unidos conseguissem sua primeira e, até mesmo, segunda casa pessoas de um nível socioeconômico que na Argentina não podem sequer sonhar com a casa própria.

Por tudo isto, hoje, assinala Zakaria, ninguém aceitaria voltar ao capitalismo do século XIX, do mesmo modo que ninguém quer recuar meio século, quando o Estado empresário comandava, não apenas bancos, siderúrgicas e telefônicas, mas também fabricas de cigarros e de macarrão e estabelecia o preço de todo tipo de bens e serviços. O melhor exemplo contemporâneo desse retorno fracassado aos 50, a Venezuela de Chávez, ratifica a opinião negativa universal sobre esse modelo arcaico. A economia venezuelana despenca junto com o preço do petróleo, numa voragem de inflação, enquanto Chávez estatiza tudo o que lhe ocorre. A 115ª classificação da Venezuela vem confirmar tudo isto.

Zakaria conclui que não é o capitalismo globalizado o que está em risco com a atual *débâcle*, mas sim a preponderância mundial dos Estados Unidos, que bem poderia perder seu papel central (este é o tema de seu mais recente livro).

O que conta é que “os países continuarão confiando nos mercados livres e no livre comércio para alcançar o desenvolvimento e aumentar o nível de vida” de sua população, conclui.

Há algumas semanas, sindicalistas e indigenistas diagnosticaram na Guatemala “o fim do capitalismo”. E depois o grande historiador marxista Eric Hobsbawm opinou que “o que está ocorrendo hoje é um equivalente dramático

do colapso da União Soviética”, como se o capitalismo estivesse enfrentando sua morte súbita, tal como aconteceu com o comunismo em 1991. Ao longo dos anos, são literalmente incontáveis as vezes que a esquerda emitiu este diagnóstico fatal. Como é sabido, sempre se enganou.

Do mesmo modo, os candidatos a disputar em médio prazo a primazia dos Estados Unidos, ou, pelo menos, a compartilhar essa primazia, como a China e a Índia, e, num segundo escalão, o Brasil, o México e a Rússia, são todos países que apostaram claramente no mercado para crescer e conseguir que uma parte significativa de sua população alcance bons níveis de conforto. Vale notar sobre estes países que China e Rússia, duas superestrelas do crescimento até a atual crise, figuram muito mal na tabela (134 e 135, respectivamente), enquanto a enorme democracia da Índia encontra-se na 70ª posição, o que a coloca no nível da Argentina. Sobre a China, ditadura perfeita se existe alguma, é possível acrescentar uma dúvida: suas estatísticas. Ninguém sabe com certeza científica qual é seu valor científico. Em plena *débâcle*, China calculou que seu crescimento anualizado para o terceiro trimestre de 2008 é um estratosférico 9%. A opacidade informativa e de todo tipo que aquele país padece faz merecer que se ponham entre parênteses estes números oficiais. Lembre-se a respeito o ridículo caso de Cuba, com números delirantes de crescimento que fazem os cubanos rirem amargamente. O caso chinês, como assinalaram Leis e Viola, abre as portas para o modelo de autoritarismo de mercado, perigosamente atraente num futuro não muito distante para a região latino-americana.

Seja como for, e em resumo: a atual crise, a primeira de grande magnitude da economia globalizada (a anterior, a da bolha da Internet, em 2001, foi muito menor) é somente parte do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo em escala planetária. Caso alguém se entusiasme acreditando ver o início do fim do mercado e do liberalismo precisará continuar esperando.

*Pablo Díaz de Brito é jornalista especializado em temas internacionais.*



### Argentina

Av. Roque Sáenz Peña 628 piso 2º Of. R (C1035AAO)  
Buenos Aires - Argentina  
Tel: (54-11) 4343-1447 - Fax: (54-11) 4343-1554  
E-mail: [centro@cadal.org](mailto:centro@cadal.org)

### Uruguai

Rincón 454 piso 3º Of. 315 (11000)  
Montevideo - Uruguay  
E-mail: [uruguay@cadal.org](mailto:uruguay@cadal.org)

[www.cadal.org](http://www.cadal.org)



INSTITUTO  
Millenium

### Brasil

Praça Floriano, 55, sala 1001 (CEP 20031-050)  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Tel: (55-21) 2220-4466  
E-mail: [secretaria@institutomillenium.org](mailto:secretaria@institutomillenium.org)

[www.institutomillenium.org](http://www.institutomillenium.org)

## A vigência das democracias de mercado na sociedade internacional

Por Héctor Ricardo Leis e Eduardo Viola

A metodologia que organiza o ranking de Democracia, Mercado e Transparência aponta para o estabelecimento de uma ordem a partir da combinação dos atributos da economia de mercado com os da democracia; combinação que pode ser resumida no conceito de democracia de mercado. A ordem resultante define não apenas expectativas de curto prazo como também, muito especialmente, de longo prazo. Por isso, situações de crise econômico-financeira como a atual não alteram o valor desses critérios, embora eventualmente possam produzir algumas alterações na classificação dos países em curto ou médio prazo.

A atual crise, ainda se dilatando como recessão ou depressão mundial, vai alterar pouco, em longo prazo, o papel central dos países melhor classificados agora, porque desde 1989 foi instaurado um sistema internacional de hegemonia da democracia de mercado e não existem indicadores de que isso será alterado, com a exceção parcial da possibilidade de a China se consolidar como um modelo de autoritarismo de mercado, inclusive com capacidade para atrair países da Ásia e da África (é importante lembrar que a recessão econômica não está hoje no horizonte da China e que, nos últimos dois anos, sua população aparece em todas as enquetes comparativas internacionais como a mais satisfeita do mundo e de maior confiança no futuro). De qualquer forma, o centro do sistema de democracias mercado continuará concentrando parte fundamental do PIB mundial, das capacidades militares e do prestígio político-cultural (ou *soft power*).

O que nem sempre se percebe é que nas democracias de mercado existe uma tensão entre mercado e democracia: a maximização extrema do poder dos mercados erodindo a democracia, e a maximização da democracia minando a economia de mercado. De fato, até a atual crise desatada em setembro de 2008, existia nas democracias de mercado um claro predomínio dos mercados sobre a política, o que permitia a existência de riscos eventuais, tal como acabou ocorrendo. Mas esses espaços sem regulamentação, que permitiram a especulação dos mercados de derivativos, não produzem danos irreparáveis ao sistema, embora as perdas e os atrasos possam ser consideráveis. Pelo contrário, atendidas as deficiências atuais o sistema sairá mais forte e, por causa disso, os países que melhor fortaleceram suas instituições de mercado e democráticas, serão beneficiados em médio e longo prazos. Aqueles que apostam na crise do sistema como tal serão terrivelmente afetados (algo que na América Latina parece ser a tentação permanente de muitos governos).

É fundamental entender as modernas democracias de mercado como um produto da evolução histórica, com pelo menos trezentos anos de múltiplas batalhas, mais do que como um projeto de um ou outro agente, em de um ou outro período da história. O sistema internacional atual não é, portanto, um sistema de hegemonia norte-americana, mas sim um sistema de hegemonia das democracias de mercado. Ao contrário do que aconteceu nas décadas da Guerra Fria, a partir de 1990, aumentou consideravelmente o número de países relevantes que são democracias de mercado, produto

da terceira onda de democratização e das reformas econômicas liberais. Apesar disso, existe ainda um número significativo de países que não são democracias de mercado – alguns em rota de aproximação precária com democracia de mercado, outros que fracassaram parcialmente na tentativa de estabelecê-la na década de 1990 e, finalmente, outros nos quais não houve sequer tentativas de estabelecer democracias de mercado. Isso sugere que o aumento da proporção de países relevantes que são democracias de mercado não significa que o mundo progride em linha reta rumo à universalização da democracia de mercado como forma de organização social. Para além da tentação de imitar o modelo chinês de autoritarismo de mercado, existem também evidências empíricas para afirmar que uma quantidade importante de países da África, do Oriente Médio, da Ásia Central e inclusive da América Latina teriam muitas dificuldades intrínsecas para chegar à democracia de mercado. Apesar de tudo isto, está firmemente estabelecida a impossibilidade de que surja um modelo de sociedade capaz de competir com as democracias de mercado na produção de prosperidade e satisfação individual em longo prazo.

As mudanças que poderão ocorrer a partir da atual conjuntura não alterarão tanto a ordem dos países no sistema internacional, como o tipo de democracias de mercado que irão se desenvolver voltadas para o futuro. Existem dois subtipos de democracias de mercado: as liberais e as liberal-estatistas.

Se tomarmos como exemplo às democracias de mercado consolidadas, verifica-se que as liberais se caracterizam por um Estado mais reduzido, embora não mais fraco, baixa carga tributária, alta liberdade econômica dos agentes individuais, baixa regulamentação estatal e um regime de previdência predominantemente de capitalização. São elas os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a Irlanda, a Islândia, a Suíça, a Nova Zelândia e o Chile. As liberal-estatistas caracterizam-se por um Estado e uma carga tributária maiores, menor liberdade econômica para os agentes individuais, maior regulamentação estatal e um regime de previdência predominantemente distributivo. São elas a quase totalidade dos países da União Europeia, o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, a Austrália, Cingapura e Israel. A atual crise permite prever que, no futuro próximo, provavelmente haverá um avanço na direção do liberalismo-estatista. Para finalizar, vale a pena observar que a profundidade da crise econômica combinada com a aceleração da ameaça da mudança climática pode erodir a mentalidade e as atitudes consumistas e hípermaterialistas nas democracias de mercado. Isto abriria um novo cenário de maior racionalidade e uma grande oportunidade para a evolução da humanidade para um sistema de hegemonia da democracia de mercado globalizada de baixo carbono.

*Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis são autores do livro “Sistema Internacional com Hegemonia das Democracias de Mercado: Desafios de Brasil e Argentina” e membros do Conselho Acadêmico do CADAL e do Instituto Millenium.*